



**Câmara dos Deputados do Brasil
Gabinete Da Deputada Federal Talíria Petrone**

**Requerimento nº de 2026
(Da Sra. Talíria Petrone)**

Requer a realização de seminário no âmbito da Câmara dos Deputados para debater Justiça Climática, Racismo Ambiental e Cidades Resilientes.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, XIII, combinado com o art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de seminário com o objetivo de debater o tema “Justiça Climática, Racismo Ambiental e Cidades Resilientes”, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, tendo como convidados:

- Representante do Grupo de Trabalho Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista
- Representante do Grupo de Trabalho de Adaptação do Observatório do Clima
- Representante do Grupo de Trabalho sobre Racismo Ambiental da Frente Parlamentar Mista Ambientalista
- Representante do Grupo de Trabalho de Questões Urbanas e Resíduos Sólidos da Frente Parlamentar Mista Ambientalista



- Geledés – Instituto da Mulher Negra
- Instituto Peregum
- Rede por Adaptação Antirracista
- Associação Nacional dos Catadores (ANCAT)
- Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU
- Mariana de Paula do Instituto Decodifica
- Renísia Filice – coordenadora do projeto Redes Antirracistas MIR/UnB (Universidade de Brasília)
- Tatiana Bastos – Instituto de Direito Coletivo (IDC)

JUSTIFICAÇÃO

A crise climática é uma realidade concreta nas cidades brasileiras por meio da intensificação de enchentes, deslizamentos, ondas de calor e outros eventos extremos. Esses impactos, contudo, não se distribuem de forma igual na sociedade. Populações negras, periféricas, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são as mais expostas aos riscos ambientais e as que dispõem de menos recursos institucionais para prevenir, enfrentar e se recuperar desses eventos.

O racismo ambiental refere-se à distribuição desigual de riscos e danos ambientais que incidem de forma desproporcional sobre populações negras, periféricas e de baixa renda. No Brasil, esse fenômeno está diretamente relacionado à formação histórica das cidades, marcada por segregação racial e desigualdade socioeconômica. No contexto atual, decisões legislativas em curso podem aprofundar essas desigualdades, tornando urgente a incorporação de uma perspectiva de justiça ambiental e racial na produção normativa.

Esse fenômeno, amplamente reconhecido como racismo ambiental, evidencia como desigualdades sociais e raciais estruturais se reproduzem também no acesso à infraestrutura urbana, à moradia digna, ao saneamento, à proteção ambiental e aos processos de tomada de decisão sobre o território. Nesse contexto, discutir justiça climática significa reconhecer que as políticas de adaptação precisam incorporar critérios de equidade social, participação popular e garantia de direitos.

As cidades brasileiras concentram grande parte da população e estão na linha de frente dos impactos climáticos. Fortalecer estratégias de adaptação climática urbana é uma prioridade para reduzir vulnerabilidades, proteger vidas e orientar investimentos públicos de forma justa e eficiente.



Para isso, é fundamental ampliar mecanismos que garantam acesso à informação, participação social qualificada e acesso à justiça, permitindo que comunidades diretamente afetadas tenham condições reais de influenciar decisões que impactem seus territórios. Nesse sentido, o seminário também contará com a apresentação da Cartilha sobre Assessoria Técnica Independente (ATI) do Instituto de Direito Coletivo (IDC), resultado de projeto voltado à agenda de cidades resilientes.

A publicação reúne orientações e instrumentos que podem contribuir para ampliar o acesso à informação, fortalecer processos participativos e qualificar o diálogo entre poder público, instituições e comunidades em temas relacionados à agenda climática.

Ao reunir especialistas, organizações da sociedade civil, representantes de redes de pesquisa e atores envolvidos na agenda climática, o seminário busca contribuir para o aprimoramento do debate legislativo e para a construção de políticas públicas que enfrentam as desigualdades socioambientais e promovam adaptação climática justa, democrática e inclusiva nas cidades brasileiras.

Pelo exposto, requeiro, nos termos regimentais, a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, ____ de _____ de 2026.

Talíria Petrone
PSOL-RJ

